

BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL

FERNANDA PUGLIA VIEIRA DIAS¹; SHAKIRA PORCIUNCULA SALASAR²;
REBECA JERONIMO NUNES DA SILVA³ ROSANGELA LURDES
SPIRONELLO⁴

¹Universidade Federal de Pelotas – dfernanda308@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – shakiraporciunculasalasar@gmail.com

³Universidade Federal de Pelotas – rebeca.nunes7@gmail.com

⁴Universidade Federal de Pelotas – spironello@gmail.com

1.INTRODUÇÃO

A presente proposta a ser apresentada está vinculada ao projeto de pesquisa financiado pelo FAPERGS com o tema central “A cartografia escolar e a construção de conceitos geográficos na educação de jovens e adultos (EJA)”, com o objetivo geral, de investigar como o ensino de cartografia pode através das diferentes formas de construção e representação do conhecimento geográfico, promover a desacomodação e a autonomia do educando, na modalidade de ensino de Educação de Jovens e Adultos (EJA). Como a pesquisa está em fase inicial, buscaremos trazer para este resumo, uma breve contextualização histórica da EJA no cenário brasileiro, para posteriormente, entendermos a partir da construção das políticas educacionais para esta modalidade, a inserção da Geografia e da cartografia no contexto de formação desses sujeitos.

Nesse sentido, pensar na formação de jovens e adultos tendo a Geografia como componente curricular e a cartografia como instrumento mobilizador do pensamento crítico dos sujeitos, torna-se importante nesse processo. Pois compreende-se que o público a qual é atendida, traz diferentes níveis de apreensão dos conhecimentos e por sua vez, uma diversidade de saberes, os quais podem e devem ser absorvidos e ressignificados, para assim, os conteúdos desenvolvidos adquirirem sentido para a vida social e pessoal.

Com base nisso, consideramos importante mencionar que os mapas sendo importantes ferramentas de análise e representação espacial e social, devem ser apropriados por parte do aluno enquanto leitor, como algo natural, espontâneo, para assim adquirirem significado no seu processo de ensino-aprendizagem. Por isso, o aluno como um ser social, necessita fazer parte do processo de construção do conhecimento ao qual se encontra inserido (ANTUNES, 2012).

E é no contexto da modalidade de ensino de Educação de Jovens e Adultos (EJA), que a cartografia ganha um sentido especial por se tratar de um público que pode vislumbrar maneiras de ressignificar seu espaço, de se fazer compreender a partir de suas diferentes realidades representadas.

Pensar o ensino de cartografia, a partir das diversas formas de representação espacial, como os mapas mentais, perpassa pela condição de “[...] pensar estratégias permanência e qualidade da EJA (JARDILINO; ARAÚJO, (2014, p. 114)”. Nesse contexto, conhecer o percurso histórico de formação da EJA a partir das políticas educacionais torna-se fundamental, uma

vez que é a partir dos documentos norteadores, que os componentes curriculares foram se estruturando ao longo desse processo, e por dentro deles, os conteúdos, com destaque a Geografia, constituindo-se como fontes de aprendizagem.

2. METODOLOGIA

Para a realização da proposta, de caráter instrumental foi feito um levantamento bibliográfico e documental referente a história da EJA, revisitando alguns autores e leis governamentais que acompanharam esse processo no Brasil, desde o princípio até a atualidade. Alguns referenciais podem ser citados, como: (BRASIL, 1996), (DI PIERRO; HADDAD, 2000), (JARDILINO; ARAÚJO, (2014), (DI PIERRO, 2014).

Pretende-se através desse levantamento, analisar o contexto histórico no Brasil para melhor entender como se deu todo processo de regulamentação da Educação de Jovens e Adultos. Nosso recorte se dará, considerando o cenário brasileiro, desde o início dos anos de 1930, até os dias atuais, podendo, diante do tempo de pesquisa e da limitação de páginas deste resumo, trazer uma síntese muito breve, mas não menos importante para introduzirmos nesse percurso.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Esta proposta ainda que inicial, busca fazer uma revisita à abordagem da trajetória da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no sistema educacional, considerando de forma geral, alguns aspectos, como o contexto histórico, político e social.

É de nosso conhecimento que a educação no Brasil desde a época da colonização, sempre foi privilégio de poucos. As classes populares, ainda mais os jovens e adultos não tinham acesso à instrução escolar, ficando restrito aos filhos de barões, tendo estes o acompanhamento desde a infância.

No contexto educacional, somente nos idos dos anos 30 (com a Constituição de 1934), tem-se o esforço de inserir o jovem e o adulto no sistema público de educação, isso muito condicionado às questões relacionadas a ascensão industrial capitalista, a qual exigia mão de obra minimamente qualificada para exercer determinadas funções (CURY, 2002). O Plano Nacional de Educação (PNE) previa nessa época o ensino integral, gratuito e obrigatório, contudo, na prática, ainda distante de ser alcançado pela população mais necessitada (DI PIERRO; HADDAD, 2000).

Na década de 40, mais precisamente em 1947, introduziu-se a Campanha Nacional de Educação de Adultos, entendida como peça fundamental na formação educacional do jovem e do adulto, na tentativa da diminuição dos níveis de analfabetismo, que ainda era significativo. Destaca-se que essa campanha abriu campo para a reflexão pedagógica, contudo, não ampliou a perspectiva de estudos metodológicos, ficando restrito a alguns discursos e sem muita prática (DI PIERRO; HADDAD, 2000).

Nas décadas de 50 e 60 tendo Paulo Freire como principal pensador na área da educação, surgem novos paradigmas pedagógicos para EJA agora com um olhar mais centrado em seu público.

Com a discussão entorno da LDB de 1961 se dá o aparecimento de diversos movimentos sociais de cultura e de educação popular. O Movimento de Cultura Popular (MCP) da prefeitura do Recife; a Campanha “De Pé no Chão Também se Aprende a Ler”, em Natal; a Campanha de Educação Popular (Ceplar), em João Pessoa; e o Movimento de Educação de Base (MEB), instituído pela CNBB, tinha como palavra-chave a conscientização e eram financiados pelo Governo Federal e por algumas prefeituras. Esses movimentos acabaram exercendo uma pressão no governo para que passassem de pontuais e se espalhassem por todo país. Defendiam uma EJA para adaptação social, para uma sociedade democrática.

Em 1964 com o golpe militar se tem campanhas de alfabetização de cunho conservador, e em 1968 nasce o MOBREAL com orientações da UNESCO, que em 1985 foi substituído pela Fundação Educar, extinta mais tarde em 1990.

Em 1988 a pressão popular leva a Constituição Federal a estender a educação básica aos jovens e adultos como dever e obrigação do Estado, de forma gratuita. A Constituição de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996 previram, inicialmente, o direito dos jovens e adultos ao Ensino Fundamental, obrigando sua oferta regular pelos poderes públicos. (DI PIERRO, 2014).

Nos anos 90 nas conferências internacionais, o Brasil assume o compromisso de reduzir o analfabetismo. Em 1997 com o programa Alfabetização Solidária, tem-se a parceria entre Governo Federal e empresas, universidades federais e prefeituras, e mais uma vez, a sociedade civil é chamada para se engajar na concretização de ações da EJA.

O artigo 37, parágrafo 1º, da LDB de 1996, assegura que:

Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames (BRASIL, 1996, p. 2-3-15).

Entre 2002 a 2006 houve grande incentivo e investimento para Jovens e Adultos trabalhadores, entre eles, o Brasil Alfabetizado, Proeja, Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos, ENCEJA, PRONATEC. Nesse percurso, há ainda que considerar, que a Emenda Constitucional nº 59 de 2009 ampliou o direito a escolarização ao Ensino Médio, conquista importante para o processo de formação.

Nos últimos anos, tem-se percebido que os incentivos às políticas públicas de atendimento a esta modalidade vêm perdendo espaço de forma acelerada, desvalorizando e precarizando ainda mais o ensino dos jovens e adultos. Esse descaso nos induz a prever um cenário pouco favorável às mudanças e acolhimento ao público alvo, que por sua vez, vem diminuindo de forma considerável nos registros de matrículas nas unidades de ensino.

4. CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Historicamente a EJA tem travado um cenário de luta, resistência na busca de reconhecimento e visibilidade. Alguns avanços nas políticas

educacionais foram possíveis, porém, retrocessos também foram e são percebidos, ainda mais nos dias atuais, frente as políticas de desmonte da educação de forma geral. Com base nas contribuições de (DI PIERRO, 2014), esta deixa claro que:

Os desafios colocados para a garantia do direito dos jovens e adultos à Educação são complexos, mas muitos podem e devem ser enfrentados pelas equipes escolares, sob a liderança da direção e da coordenação pedagógica, a começar pela convocação da comunidade para a mobilização da demanda pela EJA, a formação dos educadores para a criação de um ambiente acolhedor da diversidade e a flexibilização dos modelos de atendimento.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, C. **Geografia para a educação de jovens e adultos**. Petrópolis: Vozes, 2012.

BEISIEGEL, C. de. **Estado e educação popular**: um estudo sobre educação de adultos. São Paulo: Pioneira, 1974.

BRASIL. Lei 5.692 de 11 de agosto de 1971. Fixa as Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências.

_____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9.394/96. Brasília, DF: MEC, 1996.

CURY, C. R. J. Parecer CEB 11/2000. In: SOARES, Leôncio. **Educação de Jovens e Adultos**. Rio de Janeiro, 2002.

DI PIERRO, M. C.; HADDAD, S. Escolarização de jovens e adultos. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro: n. 14, 2000.

DI PIERRO, M. C. Os desafios para garantir a Educação de Jovens e Adultos. **Gestão Escolar**, São Paulo, v. 6, n. 31, 2014.

FÁVERO, O. Lições da história: avanços de sessenta anos e a relação com as políticas de negação de direitos que alimentam as condições de analfabetismo no Brasil. In: OLIVEIRA, I.B.; PAIVA J. (orgs.) **Educação de Jovens e Adultos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

JARDILINO, J. R. L; ARAÚJO, R. M. B. **Educação de Jovens e Adultos**: sujeitos, saberes e práticas. 1º ed., São Paulo: Cortez, 2014.